Ministério da Educação
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM
Nº 01 – Ano I – 05/2012
www.ufvjm.edu.br/vozes

Hospitalidade espacial e políticas públicas de acessibilidade: reflexões sobre o anteprojeto do Plano Diretor de Diamantina-MG

Zélia Lopes de Sousa
Bacharel em Turismo da
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri /UFVJM
E- mail: z.eli.als@hotmail.com

Resumo: O estudo caracterizou-se como pesquisa descritiva e almejando atingir o objetivo proposto nesta pesquisa adotou-se a pesquisa bibliográfica para a elaboração da revisão teórica sobre hospitalidade e as políticas de acessibilidade. A pesquisa documental foi aplicada para estudo anteprojeto do Plano Diretor de Diamantina, do Plano Nacional de Turismo vigente, das leis e das políticas urbanas. Assim, neste trabalho buscou-se refletir sobre o acolhimento das pessoas com mobilidade reduzida em Diamantina a partir de um levantamento de políticas públicas municipais de acessibilidade urbana que promova a hospitalidade espacial. Foram abordadas questões relacionadas ao desenvolvimento de ações para a promoção de espaços hospitaleiros por meio de planos, programas e projetos de acessibilidade urbana.

Palavras- chave: Hospitalidade. Políticas. Acessibilidade. Diamantina.

1. Hospitalidade e acessibilidade espacial

Os estudos da hospitalidade em sua maioria fazem uma abordagem de suas quatro categorias, a doméstica, a pública, a comercial e a virtual. No turismo, a hospitalidade é entendida a partir da análise operacional de ações humanas

exercidas em cada categoria mencionada, levando em consideração questões sociais, geográficas, antropológicas e psicológicas.

Alguns estudiosos da hospitalidade já ousarão incluir os autóctones com alvo da hospitalidade pelo fato de fazer o uso dos mesmos espaços e serviços destinados aos turistas. Nessa linha de raciocínio de acordo com Camargo (2003, p.21) as facilidades de leitura viária da cidade bem como os códigos de sinalização e uso do solo são alguns dos itens dos rituais de recepção, pois "os espaços públicos, notadamente a cidade, também exercitam cotidianamente a hospitalidade expressa no direito de ir vir". De tal maneira a delimitação geográfica e foco deste estudo da acessibilidade e hospitalidade espacial em Diamantina se justificam pelo fato de o local de estudo possui características topográficas e arquitetônicas favoráveis a construção de edificações e espaços livres públicos inacessíveis.

Dessa maneira torna-se importante mencionar as ideias de Sansolo (2004), de que era um desafio expor a relação entre espaço e a hospitalidade sendo uma linha de pesquisa que pode contribuir para o planejamento e organização das localidades. O autor ainda destaca o planejamento dos lugares turísticos, pois na contemporaneidade esses recebem pessoas de todos os lugares do mundo. Por meio do estudo do pesquisador supramencionado nota-se a necessidade de promover espaços hospitaleiros, ou seja, que acolha tanto o visitante quanto qualquer outro usuário levando em conta a diversidade humana. De modo que as localidades sejam vistas como lugar de hospitalidade em todas as categorias.

Nesse sentido apresenta-se o conceito de hospitalidade e meio ambiente que transpõe a "discussão sobre o papel da natureza na hospitalidade espacial, ou seja, se o espaço pode ser considerado uma dimensão relacionada ao conceito de hospitalidade" (SANSOLO, 2004, p.167). Do ponto de vista do turismo é possível relacionar esse conceito de hospitalidade com o meio ambiente natural e construído partindo do princípio de que os atrativos podem ser fatores motivadores das viagens.

Além disso, para que os espaços onde os atrativos encontram se inseridos possam ser considerados hospitaleiros os mesmos devem ser bem planejados e possuir infraestrutura que atendam as especificidades de cada pessoa, principalmente no

que diz aos indivíduos com redução de mobilidade. De maneira que proporcionem aos usuários efetivos e em potencial, experiências positivas a partir das boas condições da hospitalidade espacial. Também referida como hospitalidade sensitiva pode ser definida como as experiências transmitidas pelo local ao indivíduo levando em conta questões relacionadas com as estruturas arquitetônicas, topográficas, climáticas, de uso e ocupação do solo bem como condições de mobilidade dos sujeitos entre outras.

Neste contexto segundo Grinover (2009), as transformações no espaço urbano nos últimos tempos levam a questionar os conceitos de hospitalidade devido às mudanças de acessibilidade, visibilidade e identidade das cidades. Pode-se usar como exemplo da região de estudo desta pesquisa o centro colonial de Diamantina, onde as mudanças de acessibilidade física ocorrem em função dos novos usos das vias públicas devido às mudanças sociais. Ainda a hospitalidade pode ser definida como "um sistema de atividades, [que] se coloca ao longo de uma cadeia que vai do construído aos espaços públicos e às redes de infra-estruturas *(sic)*, compartilhando a noção de atividade com a de experiência" (GRINOVER, 2009, p.6). Levando em consideração o sistema de atividades colocado pelo autor é possível analisar em Diamantina a existência de hospitalidade relacionada com as experiências dos turistas que visitam a cidade relativa ao contato junto à comunidade autóctone. Tal afirmação se embasa no relatório de Pesquisa de Perfil da Demanda Turística Real de Diamantina e Região, devido ao fato da hospitalidade/acolhida do povo ser sempre apontada como encantamento por partes dos respondentes da pesquisa (SILVEIRA & MEDAGLIA, 2011-1). Por outro lado cabe questionar se o ambiente urbano é dotado de hospitalidade espacial.

2. Políticas urbanas de acessibilidade

É de conhecimento de todos que o Brasil é o país que possui a legislação mais completa, sendo o caso das leis e políticas de acessibilidade. A legislação e normas garantem a todos o direito de ir e vir, o direito de acesso a educação, aos bens culturais, aos espaços públicos entre outros. No que tange as políticas de

acessibilidade existem artifícios específicos para os sistemas de transportes, locais de uso público e espaços privados. Citam-se as fontes de financiamentos para empresas privadas, para adaptação de casa de pessoas com deficiências e no caso do setor público existem programas de acessibilidade e mobilidade urbana.

Tem - se como exemplo de políticas especializadas o Programa Brasileiro de Acessibilidade **-** Brasil Acessível, que promove a acessibilidade urbana. Este foi lançado em 2 de junho de 2004 pelo Ministério das Cidades que também em 2006 elaborou seis cadernos (manuais[1]), cada um com temática específica para a promoção da acessibilidade nas cidades. Os mesmos incluem desde as questões voltadas para infraestrutura física, criação de políticas municipais de acessibilidade, sensibilização das pessoas no geral referentes ao convívio com as pessoas com deficiência e ou com mobilidade reduzida.

Vale colocar que objetivo do programa é "incluir uma nova visão no processo de construção das cidades que considere o acesso universal ao espaço público por todas as pessoas e suas diferentes necessidades" (BRASIL, 2006, s/p.). E ainda o mesmo direciona ações para estimular e apoiar os governos municipais e estaduais na promoção da acessibilidade. Para tanto são considerados os princípios do desenho universal para garantia da acessibilidade nos transportes, equipamentos urbanos e espaços livres públicos.

Analisando o objetivo e intuito do referido programa nota-se que a esfera do governo federal transfere aos estados e municípios brasileiros a responsabilidade de efetuar ações que viabilize a promoção da acessibilidade por meio dos direcionamentos do Ministério das Cidades. Nesse contexto segundo Sousa (2011), as políticas públicas de acessibilidade e planejamento do espaço urbano e dos transportes deveriam acontecer a partir da compreensão do uso dos espaços para atividades do cotidiano e dos fenômenos sociais como o turismo, de modo que incluam uma gama maior de pessoas como usuários do ambiente urbano como um todo. Percebe-se que caso os

[1] 1. Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade; 2.Construindo a cidade acessível; 3.Implementação do decreto n 5.296/04; 4.Implantação de políticas municipais de acessibilidade; 5.Implantação de sistemas de transporte acessíveis; 6.Boas práticas.

ambientes tanto urbanos quanto naturais forem acessíveis os mesmos serão dotados de hospitalidade espacial, partindo do princípio de que a acessibilidade é um dos itens da hospitalidade, além disso, tais locais serão compreendidos como inclusivos já que um número maior pessoas utilizará os mesmos de modo participativo.

Cabe ainda acrescentar a ideia da autora mencionada anteriormente de que a elaboração dos instrumentos de tomada de decisões carece sempre colocar em pauta os princípios da sustentabilidade urbana, além de envolver órgãos diversos como instituições de ensino, associações de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, organizações não governamentais, conselhos municipais de desenvolvimento urbano entre outros.

Observa-se ainda que a acessibilidade deva ser promovida por todas as políticas desde as de desenvolvimento urbano, de transporte, de educação, de saúde e de turismo. Devido ser um tema bastante complexo que necessite de uma abordagem e efetivação de ações de maneira inter e transdisciplinar de modo a atingir um padrão de qualidade desejável. Dessa maneira estará ao mesmo tempo desenvolvendo ações que resultem na concepção das quatro categorias da hospitalidade urbana.

Ainda associado à ideia anterior cabe colocar que no turismo o assunto vem sendo discutido de maneira tímida desde 2006. Neste ano que aconteceu o lançamento do manual Acessibilidade e Turismo pelo Ministério do Turismo. Mais recentemente o Plano Nacional de Turismo “Turismo Brasil: 2011/2014” talvez devido aos grandes eventos que serão sediados no Brasil e as discussões que vem acontecendo o tema da acessibilidade tenha sido mencionado. Segundo Sousa (2011), Socorro - SP é considerada um destino padrão para o segmento de aventura especial no Brasil em função das ações do projeto “Socorro Acessível” onde foram aplicados investimentos de R$ 1,73 milhão pelo Ministério do Turismo.

O plano supramencionado dispõe sobre o planejamento e a organização para realização dos eventos esportivos que acontecerão em 2012, 2014 que estabelece “a construção de um novo patamar de qualidade dos territórios e da rede de cidades no Brasil, particularmente no que se refere à acessibilidade e à mobilidade urbana”

(BRASIL, 2011, p. 58). Devido à amplitude da acessibilidade torna-se relevante enfatizar que neste caso trata-se da acessibilidade aérea e de transportes, mas não no sentido de maiores facilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida levando em conta os princípios do desenho universal[2]. Por outro lado o supracitado plano aponta que deve considerar essas pessoas quando o assunto é acessibilidade devido às questões de inclusão e de respeito às diferenças que deve ser potencializadas.

Compreende-se que a acessibilidade é para todos, uma vez que a eliminação de barreiras tanto arquitetônicas quanto físicas facilita não só a vida das pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, mas também pessoas em boas condições de mobilidade. Além disso, qualquer indivíduo esta sujeito a vir a ter alguma deficiência ou redução de mobilidade permanente ou não, por causa de algum acidente que os indivíduos possam sofrer no dia-a-dia.

Retomando as questões das leis e atualização das mesmas é significativo colocar que em 2011 foi criado o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite, sancionado pelo Decreto nº 7.612, de 17 de novembro do referido ano, que será executado pela União em colaboração com os estados, o distrito federal, os municípios e com a sociedade.

Observa-se que o Plano Viver sem limites propõe ações políticas que integre todos os governos, a sociedade entendida como o terceiro setor, as universidades, os conselhos entre outros para execução das ações propostas.

No entanto faz-se necessário que a participação tanto na teoria bem como na prática seja ativa principalmente no que tange a sociedade, por ser uma representação muito importante que pode direcionar debates. Levando em conta a diversidade humana e a especificidade de cada contexto sociocultural e geográfico em que os sujeitos com deficiência e ou mobilidade reduzida se encontram.

---

[2] Segundo Vaz (2008) o desenho universal procura atender o maior número de pessoas possível em todas as fases do ciclo de vida, visando construir lugares em que os indivíduos com mobilidade reduzida tanto quanto para pessoas que não possui nenhuma restrição de mobilidade possam usá-los com segurança, autonomia e mínimo esforço físico.

Além, do mais os conselhos, a sociedade civil organizada e instituições de ensino tem cada vez mais representado sua relevância nas políticas participativas e planejamento urbano. Por planejamento entende-se que “é um tipo de tomada de decisões e elaboração de políticas; ele lida, entretanto, com um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas e não com decisões individuais” (HALL, 2004, p.24).

Neste contexto de planejamento urbano cita-se como exemplo de planejamento participativo o Plano Diretor Municipal, que é o instrumento principal da política de desenvolvimento e expansão urbana que é instituído pela Câmara Municipal.

Ressalta que o plano por ser uma unidade mais ampla do planejamento que funciona como o principal ponto de partida para elaboração de programas e projetos, atendendo aos direcionamentos das políticas públicas para gestão do ambiente urbano. Analisa-se que o mesmo busca maneiras de superar os desafios da sustentabilidade sociourbana garantindo a qualidade ambiental das cidades e ao mesmo tempo a hospitalidade espacial.

3. Resultados e discussões

A realização da pesquisa bibliográfica e documental para construção da revisão da literatura cientifica proporcionou estruturar uma teoria, discutir e analisar com base nos estudos científicos. Nesse processo foram notadas descontinuidade e a carência de resultados eficazes entre as três esferas da gestão pública para o desenvolvimento de infraestrutura urbana e de equipamentos acessíveis no que diz a acessibilidade dos espaços, transporte e mobilidade das pessoas com restrição de movimentos.

Outro fator existente observado foi que nos últimos tempos as questões do desenvolvimento urbano foram colocadas em debate e tem ganhado mais atenção por parte principalmente do governo federal. Associa-se este acontecimento com a criação do Ministério das Cidades. Por outro lado, notou-se a falta de ações concretas dos governos estaduais e municipais com a criação de projetos específicos para cada localidade na construção e adaptação dos espaços urbanos

de modo a colaborar para a existência da hospitalidade sensorial e sustentabilidade ambiental.

Além disso, em nenhum momento foi difundida a ideia de desenvolvimento de espaços hospitaleiros. Segundo Maricato e Junior (2006?) a primeira Conferência Nacional das Cidades aconteceu em outubro de 2003 tendo como tema *Cidade para Todos* e como lema *Construindo uma política democrática e integrada para as cidades,* sendo no mesmo ano em que o Ministério das Cidades foi criado.

Associa-se o acrescimento do debate sobre o futuro das cidades de maneira mais organizada a partir da existência do órgão supracitado responsável pela elaboração de políticas urbanas.

Em 2004, no que diz respeito às políticas públicas urbanas destaca-se o lançamento do Programa Brasileiro de Acessibilidade: Brasil acessível. No caso dos manuais elaborados em 2006 destaca-se neste estudo o de *Implantação da Política Municipal de Acessibilidade* que orienta na construção de uma política permanente de acessibilidade e direcionamentos para criação de uma coordenação responsável pelo desenvolvimento de normas, instrumentos, elaboração de projetos e ações integradas do poder público e também com a iniciativa privada para o atendimento às pessoas com deficiência (BRASIL, 2006/4).

No entanto, segundo Maricato e Junior (2006?) os problemas urbanos de mobilidade têm tamanho que necessitam de tratamento nacional, seja pela sua importância ou pela sua amplitude, nos quais o governo federal continua tendo um papel indispensável.

Interpreta-se as ideias dos autores citados de que existe uma relevância da esfera federal na execução dos projetos urbanos. Pois, entendi-se que os estados e municípios não possuem capacidade de solucionar tais problemas de maneira isolada em função da abrangência dos problemas e questões orçamentárias. E ainda pela necessidade de intervenção na definição não só dos programas, mas também dos projetos e diretrizes do desenvolvimento urbano no intuito de fomentar a criação de políticas estaduais e municipais integradas que atendam as necessidades de cada região.

No que diz as políticas municipais à pesquisa documental apontou que às cidades com mais de vinte mil habitantes devem instituir o Plano Diretor como lei básica municipal sendo a estratégia da política de desenvolvimento urbano regional.

Afirma-se que em 2008 foi revisado o Plano de Diamantina, já que o anterior completava dez anos de existência. Também de acordo com o estatuto das cidades recomenda-se tal revisão antes de dez anos de vigência.

De acordo com relatório de revisão do Plano Diretor da cidade em questão o processo de construção contou com a participação da sociedade[1] nas palestras.

Nesse sentido cabe aqui problematizar se de fato a participação da sociedade foi e tem sido ativa, visto que devido às linguagens e termos técnicos, muitas pessoas podem simplesmente não empoderar de tal processo ou estabelecer uma participação passiva. É importante destacar que em novembro de 2011 o anteprojeto de lei do Plano Diretor de Diamantina ainda não tinha sido aprovado pela Câmara Municipal. Ou seja, a cidade encontrava-se sem o instrumento básico de tomada de decisões. Neste estudo não foram investigados os motivos pelos quais o mesmo ainda não foi votado pela Câmara Municipal de Diamantina.

O mesmo documento dispõe que na zona de uso misto deve promover “melhorias dos padrões de acessibilidade e mobilidade da população” (DIAMANTINA, 2008, p. 26) e ser objeto para o plano de estruturação e qualificação dos espaços públicos com ênfase nos passeios para pedestres e nas praças. Além disso, o supracitado documento revela que está área será alvo da padronização do mobiliário urbano e dos instrumentos de sinalização. E ainda o art. 70 de tal anteprojeto coloca que será incentivada a prática de parcerias entre o setor público e o privado para desenvolvimento dos projetos de acessibilidade e qualificação urbana dos espaços públicos. Torna-se importante comentar que os planos de ações locais terão que promover a melhoria das condições de acessibilidade para pedestres, ciclistas e veículos automotores.

Neste anteprojeto de lei em relação à política de transportes urbanos dispõem que é preciso priorizar o acesso dos pedestres e ciclistas restringindo e aumentando os espaços por meio de vias exclusivas de maneira que garanta acesso seguro.

Analisou-se que o Plano Nacional de Turismo 2011/2014 em sua análise das fortalezas, debilidades, ameaças e oportunidades apontou a mobilidade urbana como uma das debilidades. Nesse sentido, observa-se a existência de lacunas na execução do programa de acessibilidade e não cumprimento das leis vigentes, o que inviabiliza o deslocamento das pessoas de maneira autônoma, segura e espontânea nas cidades. De modo que para Grinover (2009) as cidades devem colocar suas características em ordem, de maneira que possa potencializá-las e mantê-las funcionando, bem como dispor delas sempre que se manifestar o acolhimento. Uma vez que na atualidade o conceito de hospitalidade abrange além da satisfação das necessidades básicas e de segurança do indivíduo.

Considerações finais

São diversas as políticas públicas de acessibilidade no Brasil embora os planos e programas abranjam a importância na promoção da acessibilidade, existem poucos projetos que dêem um foco maior para essas questões. Além disso, ainda não consideram a acessibilidade como um dos itens da hospitalidade espacial/ sensitiva.

Destarte que as políticas não são democráticas e integradas entre a União, estados e municípios, mesmo que política federal proponha isso através do Ministério das Cidades. Assim, analisa-se que os estados e municípios não têm elaborado projetos para superar e resolver os desafios da sustentabilidade sociourbana garantindo a qualidade ambiental das cidades. Pondera-se que para que haja qualidade deve-se atender todos os princípios do desenho universal e ao mesmo tempo a hospitalidade sensitiva.

Considera-se que o anteprojeto do Plano Diretor de Diamantina deveria dar mais ênfase nas questões da acessibilidade por ser um assunto complexo que merece um destaque no contexto atual. E ainda em se tratando de uma cidade protegida por lei de tombamento e titulada como Patrimônio Cultural da Humanidade tornam-se indispensáveis e emergentes ações para solucionar os entraves na promoção da acessibilidade. Tendo como foco a sustentabilidade sociourbana e consolidando a hospitalidade espacial em Diamantina.

Para isso observa-se a necessidade de ações continuas e integradas entre as três esferas do governo, terceiro setor e sociedade no geral. Por fim, entende-se que o tema do acolhimento das pessoas com mobilidade reduzida foi excluído, quando deveria ser incluso junto com as pequenas menções da acessibilidade na revisão do Plano diretor participativo. Se a participação dos conselhos, terceiro setor, universidade e comunidade local fossem de fato ativa talvez isso tivesse ocorrido.

Abstract: The study was characterized as descriptive and aiming to achieve the goal proposed in this research adopted the literature for the development of theoretical review of hospitality and accessibility policies. The desk research was used to study the draft Master Plan Diamantina, the National Tourism Plan in force, the laws and urban policy. In this work we tried to reflect on the reception of persons with reduced mobility in Diamantina from a survey of municipal public policies that promote urban accessibility hospitality space. We addressed issues related to the development of actions for the promotion of hospitable spaces by means of plans, programs and projects of urban accessibility.

Keywords: Hospitality. Policies. Accessibility. Diamantina.

Referências

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 200. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.257-2001?OpenDocument> . Acesso em: 15/10/2011

BRASIL. Ministério das Cidades. *Construindo uma cidade acessível*. Caderno 2. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno02.pdf>. Acesso em: 03/01/2012.

_____. Ministério das Cidades. *Implantação de políticas municipais de acessibilidade*. Caderno 4. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno04.pdf>. Acesso em: 03/01/2012.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo no Brasil 2011/2014.* Brasília, 2011. Disponível em:< http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso em: 28/01/2012.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**.** Institui o plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência - plano viver sem limite. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 27/02/2012.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marielys Siqueira (org.) *Hospitalidade: cenários e oportunidades.* São Paulo: Thomson, 2003.

DIAMANTINA. Plano diretor participativo: relatório técnico. Volume I e II. Diamantina, 2009. Disponível em: < http://www.camaradiamantina.cam.mg.gov.br/plano_diretor.aspx> Acesso em: 09/02/2012

GRINOVER, Lúcio. *A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano*. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano VI, n. 1, p. 04-16, jan.-jun. 2009. Disponível em: < http://www.anptur.org.br/ojs/index.php/hospitalidade/article/view/214 > Acesso em: 10/02/2012.

HALL, Michael C. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos.*Tradução de Edite Sciulli 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2004. Coleção Contexto Turismo.

MARICATO, Ermínia; JUNIOR, Orlando Alves dos Santos. Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade. 2006. Disponível em: < http://web.undp.org/legalempowerment/reports/National%20Consultation%20Reports/Country%20Files/7_Brazil/7_5_Urban_Policy.pdf>. Acesso em: 05/02/2012.

SANSOLO, Davis Gruber. Indicadores ambientais de hospitalidade em lugares turísticos: uma reflexão para o planejamento. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord.) *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. Thomson, São Paulo, 2004.

SILVEIRA, C.E.; MEDAGLIA, J. (coord.). Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas. Diamantina: UFVJM, 2011-1.

SOUSA, Zélia Lopes de. Os entraves na promoção da acessibilidade em Diamantina: uma abordagem das vias públicas do sítio tombado pelo IPHAN. Monografia, 118 p. Diamantina: UFVJM, 2011.

SUCHÜTER, Regina G. *Metodologia da Pesquisa em turismo e hotelaria.* Tradução: JARDINI, Tereza. São Paulo. Aleph, 2003. 2ª Ed.

VAZ, Daniela. *Acessibilidades à paisagem*. 2008. Dissertação de Mestrado- Área de concentração: Paisagem e Ambiente- FAUUSP. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-19012010-093415/fr.php>. Acesso em: 10/02/2012.

Texto acadêmico publicado em 10 de maio de 2012, na
Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012
Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM –
www.ufvjm.edu.br/vozes